

Auditoria Financeira

CONTABILIDADE E AUDITORIA

Docente:

Prof. Doutor Francisco Maia Nobre

Discente:

Paula Carmo 20121671

Índice

INTRODUÇÃO.....	2
ENQUADRAMENTO E CONCEITOS.....	3
A RELAÇÃO DA AUDITORIA FINANCEIRA COM A CONTABILIDADE	3
OS UTILIZADORES DA INFORMAÇÃO FINANCEIRA.....	3
REQUISITOS DE QUALIDADE DA INFORMAÇÃO FINANCEIRA	3
O EXERCÍCIO DA AUDITORIA FINANCEIRA	4
NORMAS E RECOMENDAÇÕES DE AUDITORIA	4
PLANEAMENTO DE UMA AUDITORIA.....	6
ORGANIZAÇÃO DE UMA AUDITORIA	6
CONHECIMENTO DO NEGÓCIO DO CLIENTE.....	6
PLANEAMENTO GLOBAL DA AUDITORIA	6
RISCO ENVOLVIDO NA AUDITORIA.....	6
SISTEMAS CONTABILÍSTICOS E DE CONTROLO INTERNO	6
A AMOSTRAGEM.....	7
PROGRAMAÇÃO DETALHADA DA AUDITORIA E OS DOCUMENTOS UTILIZADOS	9
CONTROLO INTERNO	11
AUDITORIA DA FRAUDE	11
CONTROLO ADMINISTRATIVO E CONTABILÍSTICO	11
AVALIAÇÃO DA EFICÁCIA TEÓRICA DOS SISTEMAS E O SEU IMPACTO NA PROGRAMAÇÃO DA AUDITORIA	11
TESTE DE CONFORMIDADE PARA ANÁLISE DAS DIFERENTES CLASSES DE TRANSACÇÕES	12
TESTES AOS CONTROLOS DOS SISTEMAS INFORMÁTICOS	12
PROCEDIMENTOS DE VALIDAÇÃO.....	14
TESTES SUBSTANTIVOS E PROCEDIMENTOS ANALÍTICOS	14
TÉCNICAS UTILIZADAS NO TRABALHO DE VALIDAÇÃO DAS DIVERSAS CLASSES DE CONTAS	14
RELATÓRIO DE AUDITORIA	15
SUPERVISÃO DO TRABALHO EFECTUADO	15
EMISSÃO DE RECOMENDAÇÕES.....	15
RELATÓRIO FINAL	16

INTRODUÇÃO

O plano de auditoria possibilita uma eficaz prestação de serviços aos utilizadores das demonstrações financeiras. É um trabalho assente num processo consistente, pensado e aplicado em todo tipo de auditorias.

A auditoria destina-se a verificar a conformidade dos procedimentos internos adoptados e seguidos nas diversas áreas operacionais das empresas, como: os critérios ou protocolos, regulamentos, políticas, que se encontrem estabelecidos e aprovados.

Existem vários tipos de auditoria, como: auditoria interna, financeira e fiscal

No âmbito da licenciatura em Contabilidade e Auditoria, este trabalho é apenas sobre a Auditoria Financeira.

ENQUADRAMENTO E CONCEITOS

A relação da auditoria financeira com a contabilidade

Com a revolução industrial, e com o crescimento das actividades económicas, a contabilidade assume um papel importante e relevante no apoio à gestão. A contabilidade é todo um trabalho de organização e de elaboração das demonstrações financeiras.

A auditoria é todo um trabalho de verificação e da exactidão dos dados contabilísticos e surge associada à contabilidade, uma vez que foi necessário dar credibilidade ao trabalho contabilístico para que todos os utilizadores da informação financeira possam ter uma informação fidedigna.

“A auditoria surge sempre muito associada à Contabilidade, pois foi através da necessidade de dar credibilidade ao trabalho contabilístico que surgiu a Auditoria, neste caso, a Auditoria Financeira” (Simões, 2010).

Os utilizadores da informação financeira

Os utilizadores da informação financeira são todos os interessados nas organizações, tais como:

- Accionistas/Investidores
- Administradores/ Gestores
- Bancos/Financiadores
- Autoridades Supervisoras
- Administração Fiscal
- Fornecedores/Credores /Clientes

A auditoria fiscaliza a eficiência dos controlos internos, assegura a maior correcção dos registos contabilísticos e dá opinião sobre as demonstrações financeiras, assegurando uma informação real sobre a situação económica, patrimonial e financeira das empresas.

Requisitos de qualidade da informação financeira

Dependendo da natureza da auditoria e dos sistemas de controlo interno existentes, o auditor pode ter uma tarefa mais vasta ou mais restrita. O auditor analisa as contas da empresa com vista a verificar se as mesmas são elaboradas de acordo com as regras que vigoram na preparação e apresentação da informação contabilística e financeira.

O exercício da auditoria financeira

O auditor deveria analisar todos os documentos, mas tal tarefa é impensável devido à dimensão das empresas, por tal a auditoria usa ferramentas e técnicas de forma a obter uma amostra dos documentos existentes para poder efectuar testes, exames e confirmações.

Na preparação da auditoria, o auditor deverá obter uma informação geral do funcionamento da empresa através do diálogo com responsáveis pelas áreas da gestão financeira, contabilística e administrativa, solicitando os elementos contabilísticos relevantes.

Os dados recolhidos deverão ser submetidos a testes de auditoria de forma à obtenção de dados que vão servir para o trabalho de campo.

No fim deverá ser elaborado um relatório, no caso dos auditores não concordem com alguns aspectos detectados, serão incluídas reservas no relatório final, assim como recomendações.

As reservas podem incluir as irregularidades ou a utilização de critérios incorrectos na preparação das demonstrações financeiras.

As recomendações resultam da observação feita no decorrer da auditoria e são sugeridas à empresa no sentido de melhoria da sua gestão contabilística.

Normas e recomendações de auditoria

As normas de auditoria em Portugal são da responsabilidade da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, são periodicamente actualizadas e disponibilizadas e consistem num conjunto de princípios e conceitos que regulam a profissão do auditor.

As normas técnicas de auditoria, são desenvolvidas através de:

* Directrizes Técnicas

* Interpretações Técnicas

Normas Gerais de Auditoria:

- O Auditor deve:

*Realizar o seu trabalho com diligência e zelo profissional, e cumprir as disposições do Código de Ética e Deontologia Profissional;

*Reduzir a escrito, de forma clara e completa, os termos do seu compromisso;

*O nível de segurança proporcionada pelo auditor pode ser aceitável ou moderado,

conforme se trate duma revisão/auditoria ou de um exame simplificado;

*A detecção de fraudes e erros não é normalmente um dos objectivos do trabalho do auditor, mas este deve ter presente o risco da ocorrência de tais situações;

*O auditor é responsável pela opinião que expressa, podendo, contudo, para a formação dessa opinião, recorrer ao trabalho de outros auditores ou de outros peritos. Em caso algum pode recorrer a qualquer forma de subcontratação que vise derrogar ou limitar a sua responsabilidade.

Normas de Trabalho de Campo:

*Acções Preparatórias:

*Planeamento:

*Coordenação, execução e supervisão do trabalho:

Normas para elaboração de relatórios:

*O relatório emitido deve mencionar se as demonstrações financeiras estão apresentadas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites, e se tais princípios têm sido consistentemente observados no período sob análise, em relação ao período anterior.

PLANEAMENTO DE UMA AUDITORIA

Organização de uma auditoria

Na organização da auditoria, o auditor deve ter em conta as actividades ou segmentos operacionais da empresa, a fim de avaliar e comunicar se os recursos estão a ser eficientemente utilizados e se estão a ser alcançados os objectivos operacionais.

Conhecimento do negócio do cliente

O auditor deve conhecer bem o negócio, bem como o sector em que se insere de modo a identificar as transacções e compreender o efeito prático nas demonstrações financeiras e ao mesmo tempo determinar os riscos e os problemas de modo a planear e realizar a auditoria de forma eficaz.

Planeamento global da auditoria

O trabalho de auditoria segue um conjunto de fases, onde o planeamento tem um papel importante. Um bom planeamento contribui para que seja dada atenção às áreas mais importantes e que seja mais fácil a identificação de potenciais problemas.

Risco envolvido na auditoria

Durante uma auditoria é obtido, acumulado e avaliado as evidencias até ser atingida uma segurança razoável de que as demonstrações financeiras não contem incorrecções materiais.

O risco em auditoria é a probabilidade de podermos, não o sabendo e querendo, de omitir modificações apropriadas ao parecer sobre as demonstrações financeiras.

O risco em auditoria envolve 3 factores:

- Risco inerente
- Risco de controlo
- Risco de detecção

Sistemas contabilísticos e de controlo interno

O sistema contabilístico é a componente de informação de gestão das empresas e consiste no método de classificar, mensurar e relatar as transacções com impacto financeiro, produzindo as demonstrações financeiras.

O sistema de controlo interno, são regras internas que visam garantir o bom funcionamento da organização, nas suas diversas áreas.

A amostragem.

Como não é possível ver a totalidade dos documentos, a auditoria é feita por amostragem.

Esta consiste na auditoria, a menos de 100% dos itens de uma população de relevância de tal forma que todas as unidades de amostragem tenham a possibilidade de ser seleccionadas a fim de proporcionar ao auditor uma base razoável sobre a qual retire conclusões acerca de toda a população” (B. Costa, 2014).

O auditor deve sempre assegurar que a população é apropriada, podendo seleccionar itens específicos de uma população, que podem incluir valores elevados ou itens chave, todos os itens a partir de uma determinada quantia, itens para a obtenção de informações e itens para as actividades de controlo.

O auditor deve sempre apoiar-se em quatro fases distintas:

- *Determinar o tamanho da amostra;
- *Seleccionar ou identificar a amostra;
- *Aplicar procedimentos de auditoria apropriados aos itens seleccionados;
- *Avaliar os resultados da amostra.

Existem várias amostragens usadas em estatística, como:

- A amostragem não estatística:

- É aquela em que o auditor, com base num critério subjectivo, determina o tamanho da amostra, selecciona o tamanho das partidas que a integram, e avalia os resultados, baseando-se assim este critério na apreciação, juízo e critérios do próprio auditor, bem como na sua capacidade e experiência profissional.
- por intervalos (também designada sistemática ou sequencial) – é aplicada nas populações onde as partidas que a integram estejam ordenadas de forma
- Por blocos – também aplicada na realização dos testes aos controlos, consiste em seleccionar, baseando-se numa apreciação, uma ou mais partes consecutiva;
- da população, efectuando-se de seguida os testes de auditoria a todas as partes da população seleccionada;

- por números aleatórios – submete-se a determinada população o concurso de selecção das partidas, que irá ser representada através de números ao acaso, obtidos aleatoriamente através de um computador ou de uma tabela de números aleatórios, previamente elaborada;

- sobre valores estratificados – selecciona-se todas as partes de uma população, a partir de um determinado valor mínimo, isto é, vai dividir-se a população em sub-populações, sendo cada uma das quais um grupo de unidades de amostragem que possuem características similares

- A amostragem estatística é constituída por:

- é determinado o tamanho da amostra, a selecção de partidas que a integram e a avaliação do resultado é obtida por métodos matemáticos baseados em cálculos de probabilidades.

- sobre valores acumulados – determina-se o limite da precisão monetária, avalia-se o controlo interno, e calcula-se o limite de precisão corrigido, o que significa que quanto melhor for a classificação atribuída ao controlo interno, menor será o número de itens a testar.

- estatística numérica – considera-se como sendo uma combinação de amostragem de apreciação por intervalos e da amostragem estatística sobre valores acumulados.

A amostragem estatística tem como vantagens, facilitar a determinação de uma amostra eficiente, medir a suficiência da matéria de prova, facilitar a avaliação dos resultados da amostra e quantificar os riscos da amostragem, contudo as técnicas de amostragem de apreciação são as mais utilizadas, por serem mais práticas e de fácil aplicação.

Programação detalhada da auditoria e os documentos utilizados

O plano de auditoria é importante para a condução das actividades da equipa de auditores.

Com base em trabalhos preparatórios, o auditor deve ter conhecimento da actividade da empresa, escolher a equipa de auditoria, efectuar considerações quanto à materialidade e risco de auditoria, desenvolver o plano de auditoria, tendo atenção ao numero de horas a atribuir a cada tecnico, determinar os períodos e datas para a realização do trabalho de campo, determinar os técnicos envolvidos e determinar também as datas de entrega do relatório e do parecer.

Uma moderna auditoria exige equipas multidisciplinares que reúnam uma gama de conhecimentos adequados a cada processo a ser analisado.

De suporte ao relatório, devem também ser elaborados os papéis de trabalho.

Os papéis de trabalho são documentos preparados e ou obtidos por um auditor, que formam um registo da informação utilizada e dos procedimentos de auditoria efectuados na realização da mesma, bem como as decisões por si tomadas, a fim de obter uma opinião.

Numa fase posterior, permitem simplificar o planeamento e execução das auditorias posteriores à mesma entidade.

É possível identificar a função dos papéis de trabalho pelo título dos mesmos, sendo os mais usuados:

- plano de auditoria;
- cronograma de trabalho;
- memorando;
- balancetes;
- listagens (do stock de materiais),
- mapas de amortizações, provisões e mais-valias;
- balanços;
- demonstrações de resultados;
- anexos às demonstrações financeiras;

- demonstrações dos fluxos de caixa;
- mapa de variação de capitais próprios;
- relatórios de auditoria.

É usual dividir a documentação de trabalho em dossier permanente e dossier corrente.

O dossier permanente engloba toda a informação da entidade que o auditor considera importante e que tenha de ser consultada ao longo das auditorias presentes e futuras.

O dossier corrente engloba toda a documentação relativa a cada auditoria específica que constitui o suporte à certificação legal de contas, assim como outros relatórios de auditoria que são emitidos.

CONTROLO INTERNO

Auditoria da Fraude

A fraude é um acto intencional praticado pelos responsáveis ou gestores de forma a obter vantagens ilícitas ou ilegais. Os auditores devem-se preocupar com as fraudes que causem distorções nas demonstrações financeiras.

Estas distorções, resultantes de actos intencionais, nas demonstrações financeiras, podem ser devidas a:

- Relato financeiro fraudulento
- Apropriação indevida/desvio de activos

Controlo administrativo e contabilístico

O auditor deve ter todo um conhecimento, quer do sistema administrativo, como do sistema contabilístico e após realizar os testes de forma a atestar que todos os sistemas estão em funcionamento, determina o tipo de procedimentos substantivos de auditoria e está em condições de emitir uma opinião independente sobre os referidos sistemas, que embora não seja o seu objectivo principal complementam o seu relatório final sobre as demonstrações financeiras, um relatório com sugestões para a melhoria dos sistemas contabilístico e de controlo interno.

Avaliação da eficácia teórica dos sistemas e o seu impacto na programação da auditoria

Sendo o objectivo principal de uma auditoria, a emissão de um parecer sobre as demonstrações financeiras, o funcionamento dos sistemas contabilístico e de controlo interno, é relevante para o auditor, uma vez que deste depende o risco de controlo.

A avaliação preliminar do risco de controlo é o processo de avaliar a eficácia dos sistemas contabilísticos e de controlo interno de uma entidade na prevenção de distorções materialmente relevantes.

Como resultado da avaliação, classifica-se o risco de controlo como elevado, em situações que os sistemas contabilísticos e de controlo interno não são eficazes, quando o auditor não for capaz de identificar o controlo interno para a asserção que estejam em condições de prevenir ou detectar e corrigir uma distorção materialmente relevante.

Com base nos resultados dos testes de controlo, o auditor pode avaliar se os controlos internos estão ou não concebidos e a funcionar, conforme o contemplado na avaliação preliminar do risco de controlo, e consequentemente, conseguir determinar qual é a

extensão dos procedimentos de auditoria a adoptar, nas fases seguintes.

O sistema de controlo interno pode ser considerado insatisfatório, quando o auditor não se poder apoiar nele, para prevenir e evitar fraudes ou erros, tendo para isso que alargar as verificações substantivas.

O sistema de controlo interno pode ser considerado satisfatório, quando se poder apoiar nele para prevenir e evitar fraudes e erros, o que implica que as verificações substantivas não necessitam de ser intensivas e alargadas.

A dimensão das entidades é uma condicionante para os sistemas de controlo interno, devido a constrangimentos para alguns princípios básicos, que é o caso da segregação de funções, pois pequenas entidades implicam efectivos limitados e a impossibilidade de não concentrar em uma só pessoa actividades incompatíveis.

Teste de conformidade para análise das diferentes classes de transacções

Os testes de conformidade são procedimentos de verificação desenvolvidos junto dos gestores, com vista a confirmar se as práticas contabilísticas adoptadas e as medidas de controlo interno implementadas pela gestão, são adequadas e se encontram em funcionamento.

Estes incluem:

- Testes às vendas e às dívidas dos clientes;
- Testes às empresas e às dívidas dos fornecedores;
- Testes aos custos com o pessoal

Testes aos controlos dos sistemas informáticos

A necessidade de obter informação com rapidez e fiabilidade, originou o aparecimento e o desenvolvimento dos sistemas informáticos.

A auditoria aos sistemas informáticos consiste em reunir, agrupar e avaliar evidências para determinar se um sistema de informação suporta adequadamente um activo de um negócio, mantendo a integridade dos dados, e se realiza os objectivos esperados, utiliza eficientemente os recursos e cumpre com as regulamentações e as leis estabelecidas.

Deve compreender não só os equipamentos de processamento de dados ou algum procedimento específico, mas também as entradas, processos, controlos, arquivos, segurança e extractores de informações, além disso, deve avaliar todo o ambiente

envolvente.

Com a utilização da tecnologia para o armazenamento das informações contabilísticas, financeiras e operacionais, o auditor de sistemas informáticos tem de se aprimorar no campo de atuação da organização para analisar banco de dados envolvidos e suportar decisões das áreas de auditoria.

Um auditor pode recorrer a um técnico informático quando achar que não tem conhecimentos suficientes para a realização de determinados procedimentos que o auxiliem na realização do seu exame.

PROCEDIMENTOS DE VALIDAÇÃO

Testes substantivos e procedimentos analíticos

São procedimentos de auditoria concebidos para detectar distorções materiais.

Os procedimentos substantivos incluem os testes de detalhes e os procedimentos analíticos substantivos.

Os testes de detalhe de transacções e de saldos, estão relacionados com a análise dos movimentos e saldos das contas com o fim de dar credibilidade à informação contabilística divulgada nas demonstrações financeiras.

Técnicas utilizadas no trabalho de validação das diversas classes de contas

Na validação das diversas classes de contas, é utilizado o seguinte:

- Análises documentais;
- Comprovação de cálculos;
- Inspeções físicas;
- Contagem de stocks;
- Reconciliação bancária;
- Circularização de saldos.

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Supervisão do trabalho efectuado

Para garantir que a qualidade é assegurada, os trabalhos devem ser supervisionados.

A supervisão é assegurada pelo responsável máximo da auditoria, processo este que se inicia no planeamento e que cobre todas as fases da auditoria.

A supervisão inclui garantir:

- que os auditores têm as competências adequadas ao trabalho;
- o fornecimento de instruções durante o planeamento;
- a verificação de que o programa está a ser alcançado;
- a verificação de que os papéis de trabalho suportam as revelações, as conclusões e os relatórios;
- que os relatórios são correctos, objectivos, claros, concisos, construtivos e oportunos;
- e que os objectivos de auditoria são alcançados.

Neste processo, devem ser revistos todos os papéis de trabalho para garantir que suportam o relatório e que todos os procedimentos foram respeitados.

A supervisão deve, igualmente, ser evidenciada, devendo as questões levantadas ser incluídas, nos papéis de trabalho.

É uma função de natureza especializada, com a atribuição genérica de orientar e supervisionar as actividades relacionadas à auditoria, bem como manter o relacionamento com os órgãos de controlo e auxiliar a administração da empresa.

Emissão de recomendações

O relatório de recomendações é o produto do trabalho do auditor e é por meio dele que se informa:

- O trabalho que foi realizado;
- O alcance abrangido pelo trabalho;

- A forma como se realizou;
- Os factos relevantes observados;
- As conclusões a que se chegou, terminando no parecer sobre as demonstrações financeiras.

Funções do relatório:

- Comunicar;
- Persuadir;
- Sugestão de acções correctivas.

Se o auditor e o auditado discordarem acerca dos resultados da auditoria, o relatório deve expressar ambas as posições e as razões de discordância, as quais podem ser incluídas como apêndice ao relatório de auditoria.

Relatório final

O Relatório do auditor é o produto final do seu trabalho e, como tal, deve ser apresentado, visto e entendido pelo auditado, ou mesmo pelo usuário da auditoria. Considerado como veículo principal de relacionamento entre o auditor e a entidade auditada, o Relatório é documento técnico e deve obedecer a normas de apresentação, forma e objectivos.

Normas para elaboração de relatórios:

- O relatório emitido deve mencionar se as demonstrações financeiras estão apresentadas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites, e se tais princípios têm sido consistentemente observados no período sob análise, em relação ao período anterior;
- Devem ser aceites, quando adequadas, notas informativas às demonstrações financeiras, a não ser que seja mencionada outra informação no relatório;
- Deve constar no relatório, a expressão de uma opinião relativa às demonstrações financeiras tomadas como um todo, ou a afirmação de que tal opinião não pode ser expressa;
- Quando não se puder expressar uma opinião global, o motivo deve ser mencionado;

- Nos casos em que o nome de um auditor esteja associado com as demonstrações financeiras, o relatório deve ter uma indicação clara da característica do exame do auditor, caso a mesma exista, e o grau de responsabilidade por este assumido.

Modelos de Opinião:

- Opinião sem reservas;
- Opinião sem reservas com ênfases;
- Opinião com reservas por limitação do âmbito;
- Opinião com reservas por desacordos;
- Opinião adversa;

Quando o auditor considerar que não está em condições de se pronunciar sobre as demonstrações financeiras ou em falta destas, emitirá uma opinião que corresponde a uma:

- Escusa de opinião;
- Declaração de impossibilidade de opinião;

Bibliografia

Correia, P. (2004). *Auditoria Financeira e Controlo Interno*. Companhia Própria.

Costa, C. B. (2014). *Auditoria Financeira Teoria & Prática*. Rei dos Livros.

Duarte, L. S. (2010). *Relatório de Estágio Auditoria Financeira*. Coimbra.

Nobre, F. M. (2014). Notas fornecidas em aula.